



# Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA. QUINTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 06:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mals-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - **Secretário de Estado** - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - **Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social;** José Afonso Júnior - **Secretário de Estado de Esporte e Turismo,** -  
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**Ato do Presidente:**

LEI Nº 10.116

DATA: 27 de outubro de 1992.

SOMULA: Revoga o Parágrafo Único da Lei nº 9.291, de 07/06/90.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo único da Lei nº 9291, de 07/06/1990.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.10.92.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 1992  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zannusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Arlindo Troian e Ovídio Constantino (04). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Algaci Túlio e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.  
**Aprovada.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.  
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, dispense a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

OF. Nº ACN 074/92  
Senhor Presidente.

Vimos, pelo presente, justificar nossa ausência nas Sessões Ordinárias do período de 09 a 12 de novembro do corrente ano de 1992, por compromissos inadiáveis em nossa região.

Sem mais, renovamos nossos protestos de estima e respeito.

Sala das Sessões, em 05.11.92  
(a) ALBINO CORAZZA

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o adiamento por 05 sessões da discussão do Decreto Legislativo nº 007/92, que dispõe sobre o convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza que criou o CODESUL e o BRDE.

Sala das Sessões, em 05.11.92  
(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

O adiamento do decreto em tela procura assegurar um mínimo de tempo necessário para que os parlamentares possam tomar conhecimento do conteúdo de tal Convênio, uma vez que as informações constantes não esclarecem em nada a seu respeito.

## REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 424/91 (item 02), de sua autoria, que obriga os restaurantes de médio e grande porte a ter a supervisão de um nutricionista, cria a carteira de saúde para os motoristas profissionais, proíbe a venda de bebida alcoólica nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.11.92

(a) DOMINGOS CARVALHO

## REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de discussão e votação do Projeto de Lei nº 066/92, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, matéria essa constante da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 05.11.92

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja determinada a inclusão do nome do signatário, tanto na atuação como na Ordem do Dia, no que tange à autoria do Projeto de Lei nº 298/92, que torna obrigatória a pesagem do gás vendido em botijões ou cilindros, bem como seja o mesmo apreciado em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 05.11.92

(a) ALCEU SWAROWSKI

## JUSTIFICATIVA:

Conforme ficou esclarecido, o signatário do presente foi acolhido como autor do Projeto de Lei nº 298/92, tendo assinado juntamente com o ilustre Deputado Antônio Annibelli.

Todavia, por um lapso, não constou, datilografado, na assinatura, o seu nome, dando a impressão de que se tratava de simples apoio.

Vez que a matéria a que se refere o

mencionado plano de lei foi estudada com carinho, inclusive aprimorando a redação de igual projeto que tramitou no Rio Grande do Sul, conforme poderá se verificar de Emenda Substitutiva que está sendo apresentado à Mesa, é justo que a autoria seja dividida.

A propósito, o próprio signatário identificado como autor único do projeto, não se opôs, numa atitude digna.

Através da Promotoria de Defesa ao Consumidor do Paraná, foi dada ciência que a liminar concedida em Ação Cautelar, determinando a pesagem obrigatória do gás doméstico, havia sido suspensa, sendo necessária a aprovação do Projeto de Lei nº 298/92, ora em tramitação nesta Casa.

Todavia, a redação original do referido plano e lei poderá sofrer modificação, vez que a redação dada pela Assembleia do vizinho Estado do Rio Grande do Sul merece alguns reparos.

Assim, um substitutivo será apresentado para ser apreciado desde a 2ª votação, com objetivo único de aprimorá-lo.

Esperando contar com a compreensão dos nobres Pares com assento neste Plenário, espera seja aprovado o presente requerimento, sem que haja interrupção da tramitação do projeto de lei.

## REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) sessões da Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Lei nº 198/92.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no § 4º do art. 180 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo autorize a liberação de recursos financeiros do DECOM, com vistas à construção de postos de saúde e escolas no Município de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Munhoz de Melo ao Distrito de Fernão Dias.

Tal solicitação se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) JOSE ALVES

REQUERIMENTO N° 1695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo autorize a liberação de recursos financeiros do DECOM, com vistas à construção de postos de saúde e escolas no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, Digno Deputado José Afonso Júnior, solicitando auxílio e/ou ajuda de custo para o atleta Alex Sandro Mendes.

O referido desportista, residente na Cidade de Francisco Beltrão, vem se destacando em diversas competições.

Foi medalha de bronze no Panamericano de Karatê Juvenil, no ano de 1991, e é o atual vice-campeão brasileiro de Karatê.

Não obstante, enfrenta dificuldades peculiares aos atletas brasileiros para participar de qualquer competição.

A Secretaria Especial de Esporte e Turismo, por intermédio de seu titular, por certo saberá auxiliar o jovem Alex Sandro Mendes, por se tratar de medida de inteira justiça e certeza de um futuro com grandes conquistas para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente do Banco do Brasil, para que o mesmo reveja o processo de fechamento da Agência do Banco do Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Senhor Chefe do 9° Distrito Rodoviário do D.N.E.R., para que o mesmo autorize o recapeamento da BR-277, trecho Palmeira à Irati à Relógio, em face a intrafegabilidade do mesmo.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 324/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as prefeituras detentoras de armazéns do Instituto Brasileiro do Café.

Art. 2° - As prefeituras poderão utilizar o espaço alternativo para implantar indústrias, postos de vendas diretas do produtor para o consumidor.

Art. 3° - Os convênios serão aprovados e acompanhados pelas Secretarias de Indústria e Comércio e Agricultura.

Art. 4° - Toda a infra-estrutura existente nos atuais IBC deverão ser utilizados para programas de horta comunitária, programas de lazer, e outros que tragam benefícios para a comunidade.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os depósitos do extinto Instituto Brasileiro do Café se encontram em semi-abandono, sem utilização específica, ocupando áreas nobres de muitos municípios, que poderiam utilizar esses espa-

ços, em sua totalidade gigantescos, para desenvolver diversos programas de desenvolvimento no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 325/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar junto ao Governo Federal o comodato para utilização das dependências do extinto Instituto Brasileiro do Café no Estado do Paraná.

Art. 2º - O comodato terá tempo indeterminado, com a condição de que esteja sendo utilizado para implantar programas de desenvolvimento para o Estado.

Art. 3º - Os municípios que utilizarem as dependências do IBC, deverão assumir a responsabilidade de conservação, manutenção e reformas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os depósitos do Instituto Brasileiro do Café se encontram em semi-abandono, sem utilização específica, ocupando áreas nobres de muitos municípios que poderiam utilizar esses espaços, em sua totalidade gigantescos, para desenvolver diversos programas de desenvolvimento no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 326/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamentos Especiais - ADAPTE, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação de Defesa e Assistência a Pessoas em Tratamentos Especiais - ADAPTE, cujo estatuto prevê atividades e objetivos voltados à melhoria das condições de vida dos deficientes.

E importante salientar que a mesma não

remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei reguladora das declarações de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 327/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º, da Lei nº 9.244, de 14 de maio de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Ventania, com território desmembrado do Município de Tibagi, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica: A linha perimetral do Município de Ventania, tem início em um ponto de partida, na foz do Rio Preto com o Rio do Peixe ou Laranjinha; por este acima dividindo com o Município de Ibaiti até a foz do Arroio do Vinho, pelo mesmo Rio do Peixe ou Laranjinha, dividindo com o Município de Arapoti. Por uma linha seca até a nascente do Arroio Quebra Perna. Por este abaixo dividindo com o Município de Piraí do Sul até a sua foz no Rio Fortaleza, onde termina a divisa de Piraí do Sul. Pelo mesmo Rio Fortaleza, dividindo com Tibagi até a foz do Rio Vora. Por este acima até a divisa da Fazenda Fortaleza, segue pela divisa desta fazenda até o Rio Faisqueira, onde termina a divisa com o Município de Tibagi, iniciando a divisa com o Município de Telêmaco Borba pela divisa da Fazenda Monte Alegre, seguindo pelo Rio Faisqueira acima até a sua nascente, daí em reta a nascente do Água do Pinhal, segue por este até a sua foz no Ribeirão Vorazinho, sobe por este até sua nascente mais meridional; daí, ainda, pelas divisas da Fazenda Monte Alegre, alcança um afluente da margem direita do Rio Vorã, descendo por este até encontrar o primeiro afluente da margem esquerda, pelo qual sobe até sua nascente, daí, em reta até a nascente do Ribeirão Jaguatirica, desce por este até sua foz no Rio Alegre; sobe por este até o ponto onde deixa de ser limite da Fazenda Alegre, segue pelos limites desta fazenda até a nascente do Arroio do Xaxim. Por este abaixo até o Ribeirão Passo do Pedroso ou Monjolo até a divisa com o Município de Curiuva. Pelo mesmo abaixo até a sua foz no Rio Engano. Por este abaixo até a sua foz no Rio Preto. Por este abaixo até sua foz no Rio do Peixe ou Laranjinha, no ponto de partida da linha perimetral.

Parágrafo Único - A área territorial urbana da sede do Município de VENTANIA, obedecerá às divisas que especifica, conforme MEMORIAL DESCRITIVO DO PERIMETRO URBANO abaixo descrito:

"Tem como ponto inicial e final o Marco 0 P.P. na margem da Rodovia BR-153 a 37°30'N0, segue pela referida rodovia, passando pelo Marco 3, às margens da Estrada de Ferro, seguindo pela Rodovia BR-153 até o Marco 6, por linha reta e seca, cruzando a Estrada do Cerne, passando pelos Marcos 9 e 12 até o 13, por linha reta e seca até o Marco 15, nos fundos do Cemitério, por linha reta e seca até o marco 20, daí, por linha reta e seca, cruzando a Estrada de Ferro e a Estrada do Cerne, na saída de Piraí do Sul, passando pelo Marco 21 até o marco 22, daí por linha reta e seca, rumo Oeste até o Marco 23, daí por linha reta e seca, rumo Norte, cruzando a estrada para Telêmaco Borba até o Marco 25, daí por linha reta e seca, rumo Noroeste até o Marco 26, daí em linha reta e seca até o Marco 0 P.P. na margem da Rodovia BR-153, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.92.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem por finalidade alterar a mencionada lei, por esta gerar incoerências cartográficas, dificultando o traçado do polígono definidor da área, conforme demonstrado nos ofícios do IBGE encaminhados a esta Casa de Leis e anexos ao plano de lei em questão.

Assim sendo, acreditamos necessária a presente medida, no intuito de adequar os limites do Município de Ventania e pelo qual esperamos contar com o apoio dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PL.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Em 1991 a Comissão Pastoral da Terra registrou mais de quatro mil e oitocentas pessoas em trabalho escravo no Brasil. Neste ano de 1992 já são mais de cinco mil casos registrados. No Paraná, depois de oito anos de denúncia feita sobre o caso da Fazenda Guatambu, ninguém foi punido a não ser o denunciante.

Esse inquérito foi arquivado em 1990, sem ter apurado nenhuma responsabilidade sobre os denunciante, e aqui nós queremos manifestar a nossa posição fazendo anteriormente um relato.

"Através de informações o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Gros-

sa localizou várias crianças que estavam em regime de escravidão na Fazenda Guatambu. Essas crianças são dez menores entre 12 e 16 anos, que foram contratadas por gatos, ou seja, agenciadores, no dia 13 de setembro de 1984 para trabalharem em desmatamento e roçada, num empreendimento da Compet Agroflorestal S.A. e da Capp Empresa de Reflorestamento, dirigida pelo Senhor Luciano Pizzatto. A esses menores, na época, foi oferecido cama, comida e remuneração em dinheiro, sem descontos. O trabalho seria realizado em Itaiacoca, Distrito do Município de Ponta Grossa com direito a retornar à cidade de origem nos finais de semana. Era essa a promessa inicial dos agenciadores.

Em 27 de setembro de 1984, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa recebeu uma denúncia feita por um grupo de mães que aflitas, procuravam seus filhos, porque esses não se encontravam na Itaiacoca como haviam dito, e nem haviam mais retornado para casa nos últimos dois finais de semana. Sabendo disso, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa localizou-os na Fazenda Guatambu, como disse, de propriedade da Compet, no Município de Bocaiuva do Sul.

Essa localização foi feita após a Comissão de Direitos Humanos ter procurado o ITCF do Paraná e juntos encontraram essas crianças. E estas fizeram declarações como as constantes do Inquérito Policial e veiculadas pela imprensa na época, aqui reproduzida: "Os meninos contaram que foram obrigados a dormir em acampamentos sem higiene ou segurança e trabalhavam das sete (7) às dezoito (18) horas, com meia hora para um ralo almoço."

Os que pretendiam deixar o local eram ameaçados de morte. Com a dificuldade do roçado, acabavam comprando comida na venda do acampamento. "Nos dias de chuva eles descontavam da gente mil cruzeiros, porque não dava para roçar", afirmou um dos menores. "Um dia fui pedir as contas e o gato me falou que eu devia na venda", disse outro de apenas 13 anos" (Jornal A Tribuna do Paraná, 30/09/84). "Os adultos bem como as crianças que foram retirados no acampamento são obrigados a dormir numa casa feita com troncos de árvore, chamada tarimba. (...) "A gente parecia macaco ao dormir em cima daquilo. Não tinha colchão nem coberta. As panelas em que cozinhávamos eram imundas. A água íamos pegar no riacho. Ali também tomávamos banho" (Jornal A Tribuna, 03/10/84).

Esses meninos, após serem contratados, deram esse tipo de depoimento/inquérito. Inquéritos estes que foram arquivados.

Entraram também com ação trabalhista, que foi ajuizada no dia 22 de outubro de 84 contra Compet Agro Florestal S/A. e

Acapp e essa ação foi homologada pelo Juiz de Direito da Comarca de Ponta Grossa. Portanto, provou-se que não cumpria a Legislação Trabalhista e o inquérito continuava tramitando para verificar a acusação ou não de escravidão.

Após várias idas e vindas, tal inquérito foi arquivado e no último dia 03.09.92 o Coordenador da CPT Darci Frigo, foi condenado pelo Juiz Lauro Augusto Fabrício de Melo, do Juiz da Primeira Zona Eleitoral de Curitiba a um ano de detenção e ao pagamento correspondente a 20 dias/multa ou seja 20 salários mínimos por ter denunciado na imprensa em 86, violação dos direitos humanos, escravidão por dívida na Fazenda Guatambu.

Essa é a história da denúncia de regime de escravidão na Fazenda Guatambu, por parte da Compet e da Capp Reflorestadora, cujo um dos sócios é Deputado Federal pelo PFL e se chama Luciano Pizzatto.

Ao contrário do que a justiça deveria ter feito, era apurar as denúncias e não condenar quem a fez, pois no Brasil continua de uma maneira assustadora a impunidade e quem clama pela justiça é o que acaba punido e os responsáveis são impunes.

Faz justiça neste momento, quando o Dr. Delazari pede a abertura novamente disso que foi arquivado, o que nós queremos é que essas denúncias sejam todas apuradas e que o real culpado, responsável seja punido e não o coordenador da CPT, quando nós sabemos que a Comissão Pastoral da Terra, entidade essa internacionalmente reconhecida, recebeu em 1991 o prêmio Nobel Alternativo.

Entidade respeitada, ao invés de se respeitar essa entidade e o seu coordenador, o juiz condena-o a cumprir pena quando é inocente. E nós sabemos, que diante desse aumento assustador de casos de trabalho escravo no País e dos fatores acima que nós relatamos, o Coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Paraná tem toda a nossa solidariedade e cobramos dos juízes responsáveis que também façam justiça, reabrindo esse inquérito para apurar o verdadeiro responsável e para que este sim, seja condenado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.

(Declina).

PRN com a palavra.

(Declina).

PST com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde é um assunto que já há muito tempo eu venho tratando, venho enviando Requerimento, Expediente, fax, telex, e feito desta tribuna os clamores do povo da região centro-sul do nosso Estado.

E hoje, uma vez mais, é para dar encaminhamento, estou encaminhando à Mesa para que através do Governo Federal, mas muito especialmente do 9º Distrito rodoviário, do DNER aqui no Paraná, possa atender os clamores, as reivindicações, e possa sentir de perto as tragédias, os sacrifícios, os estragos nos veículos no que diz respeito a estrada BR-277, a BR-277 que liga Curitiba/Foz do Iguaçu, mas muito especialmente no trecho de Palmeira até o Município de Irati.

Aqui na nossa Casa nós temos diversos Parlamentares que semanalmente utilizam a BR-277, desde Foz do Iguaçu, Toledo, Guaparuva, oeste, sudoeste do nosso Estado, os Srs. Parlamentares são vítimas e testemunhas do abandono, do desleixo com que se encontra a BR-277. Semanalmente nós utilizamos esta BR em todos os momentos, em todos os dias e noites, nós encontramos veículos com rodas estouradas, acidentes, ônibus, caminhões à margem da estrada que realmente está impossível. É uma verdadeira calamidade pública.

Ontem o Município de Irati através das suas lideranças, através do Rotary Club, Lions, das instituições do nosso município fizeram uma reunião e estão se mobilizando, inclusive me contataram e nós de Irati e dos municípios da região centro-sul estamos predispostos a fazermos uma interrupção neste trecho. Levamos para a BR-277 frotas de caminhões, de carros de passeio, interromper o trânsito, o tráfego por algumas horas para que possa realmente o Governo Federal e possa realmente o DNER com sede aqui na capital do Estado, sentir de perto, verificar o estado calamitoso que se encontra a 277.

Mantive um contato ontem com o Dr. Celso, que é o chefe do DNER aqui do Paraná e ele, inclusive, questionava-me de que havia determinado que se fizesse os reparos naquela BR, dizendo até que esteve presentemente, "in loco", verificando o conserto de tapa buracos. Eu o contestei dizendo de que não somente eu, mas os Deputados Dobrandino, Duílio Genari, Cezar Silvestri e tantos outros, Albino Corazza, Elio Rusch, e tantos outros que utilizam semanalmente essa estrada, avoqueei como testemunha esses Parlamentares que utilizam esta Rodovia.

Estou dando encaminhamento a este Requerimento nesta tarde, e gostaria imensamente que os parlamentares que utilizam da BR 277, independente deste Requerimento, Elio Rusch se pudessem manter contato por



telefone ou através de fax com o Chefe do DNER do Paraná. A exemplo do Elio temos também o Cezar Silvestri, de Guarapuava, e todos os demais companheiros que utilizam esta BR.

É inadmissível que isto esteja acontecendo. Há mais de 8 meses que nós estamos denunciando, pedindo, reclamando, implorando para que se façam estes reparos, e, parece-me que estamos gritando no deserto, parece-me que a Assembléia neste momento fala para a areia, ninguém escuta, ninguém ouve.

O ex-Ministro Affonso Alves de Camargo Neto, quando assumiu o ministério, eu, aqui desta tribuna, já fazia um apelo a S.Exa. o Sr. Senador da República, na época Ministro. Mandeí correspondência, mantive contato por telefone, procurei mobilizar as correntes políticas do nosso Estado para que nos atendesse. E além da 153, pedia o recapeamento de BR-277.

Nem sequer a resposta de um telex, de um ofício que foi aprovado aqui por esta Casa, subscrito por nós, assinado pelo Presidente, foi apresentada. Agora houve uma mudança tudo de novo! Temos que recomençar! Mas eu gostaria, Deputado Duílio Genari, o Sr. que utiliza esta estrada, esta BR, vamos unir os Parlamentares que ligam Curitiba-Foz do Iguaçu e as regiões que circundam esta BR, para que possam realmente nos atender em caráter de urgência, de extrema urgência. Esta região que represento vai mobilizar caminhoneiros, transporte coletivo, vão mobilizar toda a região para parar esta BR, para paralisar o tráfego desta estrada, para parar o tráfego da BR-277.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado**  
Toti Colaço, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V.Excelência.

Quero lhe dizer que me solidarizo com V.Exa. Está na hora realmente de lavar a cara deste País. Está na hora de tirar a máscara.

Com todo o respeito que tenho pelo Sr. Affonso Camargo, quando assumiu o Ministério dos Transportes, também enviei uma série de expedientes a ele e não recebi resposta nenhuma, e as que recebia eram tradicionais: "Está na pauta, vamos ver o orçamento, vamos tentar, vamos resolver, vamos tentar fazer alguma coisa, vamos tentar solucionar algum problema...". Entende? Derrubaram o Presidente Collor, saiu todo o mundo com a cara pintada pelas ruas; mas até agora não vi nada, ninguém foi para a cadeia, ninguém foi preso, nada aconteceu, tudo continua como está, as Rodovias continuam da mesma maneira, o trabalhador brasileiro continua ganhando um salário de miséria neste País. O problema da saúde é um problema lamentável, o

problema da LBA é outro problema lamentável, o problema da justiça social neste Estado é outro problema grave, o problema da saúde no Brasil é um problema grave, o problema educacional é um problema grave, o problema do setor de transportes é um problema grave.

Eu me lembro que o Dr. Heinz, Secretário de Transportes na época do meu querido governador Alvaro Dias, eu sempre conversava com o Dr. Heinz de que havia necessidade de dotação orçamentária para se tentar fazer alguma coisa nas malhas rodoviárias do Estado do Paraná.

E, naquela época, o Dr. Heinz procurava fazer, dentro do seu orçamento o que lhe era possível, dentro do Governo.

Mas, olha, eu quero parabenizar o Deputado Toti Colaço, quero parabenizar Vossa Excelência, a minha revolta é igual.

Nada mudou. Não adianta, Deputado, nós aprovarmos mais um pedido, não só para a problemática que V.Exa. levanta, nesta tarde, neste Parlamento. Mas, nós temos milhares de rodovias brasileiras, eu tenho recebido cartas do Brasil inteiro! Sem os caminhoneiros o Brasil pára! O caminhoneiro representa, hoje, o transportar do progresso da Nação brasileira. E milhares, e milhares de caminhoneiros estão passando por problemas graves, nas milhares de malhas rodoviárias da Nação.

Então, eu parabeno V.Exa., a sua dor é a minha dor, eu acredito que é a dor dos 54 Deputados desta Casa e que, realmente, nada vai ser resolvido. Haverá necessidade de se fazer não sei o que para lavar a cara destes homens de Brasília, para que eles realmente criem vergonha na cara e realmente resolvam os problemas da Nação Brasileira!

Estou ao lado de V.Exa.

Muito obrigado.

**O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Deputado,**  
V.Exa. me permite um aparte?  
(Assentimento do orador).

A situação da 277 é a mesma da 476 e da 253. Acredito que até a vergonha maior está na 153.

Quando o então Ministro Affonso Camargo, no Governo do Presidente Sarney, em 1983 se não me falha a memória, esteve na minha região com jatinho, visitou a região depois das enchentes, nós ficamos aguardando a recuperação da 153.

O Ministro Affonso Camargo voltou a Brasília com a promessa de que recuperaria a 153. Passaram-se dez anos e o Ministro Affonso Camargo voltou a ser Ministro, agora, do Governo Collor. E novamente tivemos a enchente na região de União da Vitória e tivemos a visita do Ministro Affonso Camargo. Novamente o Ministro prometeu a recuperação da mesma rodovia de uma



década atrás, da 153 e da 476. E está lá a Rodovia, entre União da Vitória e São Mateus do Sul, simplesmente não precisamos interditá-la: ela está interditada, porque não tem mais condições de tráfego.

E o Ministro Affonso Camargo não é mais Ministro, assumiu um novo Ministro e você não acha com quem tratar. Eu já recorri a todas as Lideranças do Estado do Paraná para que procurássemos nos mobilizar em favor destas Rodovias tão importantes para a minha região. E eu não encontro ninguém que nos ajude nesta luta e nesta batalha.

Ontem propus a esta Casa, a formação de uma Comissão de Deputados para ir ao Ministro, o novo Ministro dos Transportes. Mas, segundo informações que tenho, existe uma verba de suplementação de 76 bilhões de cruzeiros no Congresso Nacional. Esta suplementação está na Comissão de Finanças. Já recorri a mais de meia dúzia de Deputados Federais para que fossem ver por que é que não foi aprovada esta suplementação de verba na Comissão de Finanças.

Até o presente momento não tenho uma posição. Mas, a vergonha deste País é que você não acha com quem tratar os problemas graves desta Nação e da nossa região e do Estado do Paraná.

Acho que também chegou o momento do Governador do Estado do Paraná tomar uma posição. Vamos parar de brigar com os juizes. Vamos parar de brigar com as lideranças do Paraná e vamos nos somar para resolver os problemas do Paraná. Porque isto é de responsabilidade minha, como Deputado Estadual, é responsabilidade dos Deputados Federais, é responsabilidade dos Senadores do Paraná, mas também é responsabilidade do nosso Governador do Estado do Paraná.

Chegou o momento de tomarmos uma posição pura e firme, porque senão, vamos passar mais uma década e talvez o Affonso Camargo volte a ser Ministro daqui a dez anos, e ele virá novamente a minha região de jatinho do Governado e fará a mesma promessa que já fez por duas vezes.

Além de me somar ao seu descontentamento, quero deixar aqui o meu desconforto, o meu voto de repúdio, a minha posição contrária, a posição do então Ministro Affonso Camargo, que teve todas as condições de recuperar as Rodovias da minha região, por que? Porque ele teve todas essas condições. Nós estávamos na nossa região em estado de emergência, e ele poderia simplesmente numa assinatura, ter liberado o dinheiro, e ele não teve nem a capacidade de aprovar isso no Congresso Nacional.

Somo-me a você, estou nessa luta. Na próxima semana a minha região fará um protesto na Rodovia 476 e 153.

Vamos parar aquela Rodovia, e além de parar, vamos encher de placas chamando a

atenção dos responsáveis por esse descabro administrativo que se encontra este País.

Troca-se Governo, muda-se Governo, cassa-se Presidente e a coisa continua a mesma. Estamos aí num Governo novo novamente, que não age, que não tem ação, que está completamente parado e nós esperamos as soluções. E os mesmos de ontem, que não queriam aumento de impostos, hoje querem os aumentos de impostos. E nós, empresários - e eu que sou um pequeno empresário - estamos falidos, estamos quebrados, porque não temos mais condições de pagar impostos a este Governo. E agora estão aí com a mesma música que há muito tempo nós estamos ouvindo: aumento de impostos. O que falta é capacidade e honestidade, não é falta de pagarmos impostos.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte dos ilustres Parlamentares.

O Deputado Valdir Rossoni, falando da 476, é o mesmo sofrimento...

O Sr. Elio Rusch - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

V.Exa. fala no Horário da Liderança do PFL.

O SR. TOTI COLAÇO - Muito obrigado. É o mesmo clamor de todo o povo sulista. O movimento que está se fazendo através da ANSESPAR, já também a ANSUPAR, que parte de Valdir Luiz Rossoni lá de União da Vitória, nós estamos realmente nos preparando para paralisar o tráfego destas duas Rodovias nas próximas semanas, para que pelo menos a imprensa, Sr. Presidente, possa tomar conhecimento.

Mas antes de finalizar, eu gostaria ainda de fazer uma colocação aqui sem citar nomes. Às vezes fico me questionando como Parlamentar - já praticamente há dois anos do meu mandato - a luta, o trabalho, o desejo de ver as coisas acontecerem dentro do nosso Estado. Mas fico me questionando, o que realmente, o que de concreto, por exemplo, os três Senadores da República do nosso Estado fizeram durante ao longo desses anos, que são oito anos de mandato de cada um. Concretamente qual foi a bandeira que levantaram em nome do Estado do Paraná? Independente de siglas, de cores partidárias, ideológicas, seja lá o que for, concretamente.

Se os Srs. puderem me trazer para o meu conhecimento, eu até agradeço qualquer um dos Srs. Parlamentares. Três Senadores da República que para o meu entendimento, para o meu gosto, pelo menos para o Sul do Paraná, eu não vi até hoje na história,

um movimento sequer em nome do Paraná, em nome dos paranaenses.

Fica aqui esta interrogação. Aos Senadores da República, que estão muito mais próximos do Executivo e muitos deles já passaram pelos Ministérios, temos um que é Ministro agora.

Concretamente, que me mostre, que me apresente uma folha de serviços prestados para o Estado do Paraná!

Esta é a minha interrogação.

**O Sr. Antônio Annibelli - V.Exa. me permite um aparte?**

Eu não tenho procuração de nenhum Senador da República, mas, respeito os Senadores. Não concordo com o Deputado Rossoni quando fala que o Ministro Affonso Camargo voltará daqui a 10 anos, porque se Deus quiser, a história do Fernando Collor de Mello jamais voltará; um Governo corrupto e desonesto. Não na pessoa do Senador, mas ter sido um Ministro do Governo Fernando Collor.

Quanto aos Senadores, nós temos José Eduardo de Andrade Vieira, que hoje é Ministro da República da Indústria, Comércio e Turismo - dignifica o Paraná como o Senador José Richa, como o Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira - Deputado paranaense, Presidente da UPI que congregou os Deputados Estaduais, que deixou uma folha de serviços prestados ao nosso Estado e engrandeceu muito esta Casa. Acho que a atuação dos nossos Senadores tem sido um orgulho para nós, paranaenses.

Temos o Senador Henrique Almeida, nosso companheiro paranaense que representa o Amapá que também engrandece o Senado da República.

E digo a V.Exa. que estive com o Governador Roberto Requião há questão de uma hora atrás, fazendo ver a ele os problemas da nossa Região, principalmente a Região Sul do Paraná, a BR-153 e a BR-476 e que o Governador, aceitando a proposta dos prefeitos que se dispõem a ceder os seus veículos, os maquinários para tapar os buracos, com o DER vindo atrás com a massa asfáltica, para dar condições de trânsito aos usuários destas rodovias. E o Governador concordou e prometeu - e faço questão de anunciar em primeira mão - que o Governador se comprometeu, a partir da semana que vem, junto com o Secretário e Vice-Governador Mário Pereira, de, neste mutirão de prefeituras e DER - Paraná, iniciar a reconstrução dessas nossas estradas.

Eu acho que a nossa função, V.Exa., o Presidente Anibal Khury, todos os Deputados que têm problemas - e não são poucos os problemas - eu acho que nós, batalhando, brigando, fazendo requerimento, reivindicando, procurando as autoridades, principalmente as nossas autoridades - e o

Governador Roberto Requião se dispôs, de pronto, encampar esta idéia e ajudar as prefeituras e os prefeitos ajudarem o DER - e nós procurarmos com a competência paranaense que tem sido exemplo à Nação brasileira, nós ajudarmos a resolver não só os problemas paranaenses, mas os problemas do Governo Federal aqui no Paraná.

**O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço seu aparte.**

O meu questionamento, não querendo desmerecer os conhecimentos políticos e sociais que têm os nossos Senadores, longe disto. Mas a minha interrogação permanece de que esta força política tão propalada no Paraná, sem esta representação de eminentes homens públicos que há muito tempo o Paraná vem tendo em Brasília, tanto na Câmara como no Senado da República, e já ocupando por diversos anos importantes Ministérios, não me convence.

Na prática, no dia-a-dia dos paranaenses, fico na dúvida o que realmente pudemos viabilizar para o Paraná numa ação política, através da força dos nossos Senadores, em conjunto com os Deputados, junto a qualquer Presidente da República que por lá já passou.

Só para termos uma idéia, a BR-153 - que o Deputado Heinz conhece que nem a palma da mão o seu traçado e conhece o seu projeto - há mais de 15 ou 20 anos se fala, grita, eu tenho recortes de jornais da minha região aonde há mais de 12, 14 anos assumiu compromissos públicos na região que seria asfaltada a BR-153, principalmente o trecho Irati-Imbituba, 28 km onde as obras de artes estão prontas há mais de 15 anos ligando regiões e Estados num trecho de 28 km, que se der uma garoa não passa nem sequer uma caçamba, quanto menos uma carreta. E isto é de conhecimento de todos aqueles que passaram pelo Congresso Nacional e Ministérios e é de conhecimento dos atuais que lá estão, dando apenas este exemplo.

Então, eu faço este questionamento, porque na prática é muito bonito nós ouvirmos que temos uma representação forte no Ministro "x", temos Senador deste partido. Agora o Senador é do outro partido. Agora a Bancada Federal é tantos Deputados Federais deste ou daquele partido. Mas quando chega na hora da execução das coisas que nós precisamos para o Paraná, aí a coisa não acontece e ficamos nós aqui.

Então fica aqui este meu desabafo, Deputado Annibelli e meus prezados companheiros e prezadas companheiras.

**O Sr. Luiz Alborghetti (Aparte) - Eu concordo com o Deputado Antônio Annibelli.**

E muito importante seu pronunciamento nesta tarde. Nós temos grandes Senadores

do Paraná em Brasília. A única coisa, que o Senhor falou sobre um ponto de interrogação. Não é apenas um ponto de interrogação. São vários, porque o que sinto é que há uma discriminação muito grande em termos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Eu não entendo porque os outros Estados do Nordeste e outros Estados brasileiros levam bilhões e bilhões de cruzeiros - se não falarmos em dólares - para as suas vastíssimas regiões na Nação brasileira e nós não conseguimos nada.

O importante, como disse Vossa Excelência, nós temos uma bancada de Deputados honrados na Câmara Federal; nós temos Senadores honrados no Senado Federal. Mas, eu não sei se falta vontade política de ir na cara do Presidente dizer a ele que nós não somos moleques, não somos palhaços. Que o Paraná é um Estado produtor, tanto é que, não sei se Vossa Excelência viu ontem nas emissoras da Rede de Televisão, da Rede Manchete, SBT e na própria Globo, um supermercado onde o repórter dizia que os Estados Unidos se abastece da soja do meu Estado que se chama Paraná.

Quer dizer, isso é motivo de orgulho quando o Senhor vê que lá num Estado americano, a soja do Paraná vai para lá para servir uma das maiores potências do mundo. Então, o Paraná é forte, o Paraná é grande. Se o Senhor andar pela sua região, por Londrina, pelo Oeste, pelo Norte, pelo Sul, vê este verde maravilhoso do Paraná, vê esta agricultura maravilhosa. Aqui se plantando tudo dá.

Nós temos bons Senadores, como diz o Deputado Annibelli. Temos a bancada de ilustres Parlamentares. Agora, não sei o que está acontecendo, porque não vem dinheiro. Haveria necessidade de vir dinheiro para os cofres do Governo do Paraná. Há necessidade. Há necessidade de nós rasgarmos a máscara do Governo, seja do Partido que for. Tem que vir dinheiro para o Paraná. Tem que se injetar dinheiro na área da Saúde, na área da Educação, na área dos Transportes! Porque quando o Doutor Heinz foi Secretário de Transportes, ele não podia fazer nada se ele não tivesse dinheiro, ninguém faz nada se não tiver dinheiro! Então é importante!

Eu acho, Deputado Annibelli, que o Senhor falou muito bem, concordo com Vossa Excelência que tem Senador daqui, tem Senador dali, tem Deputado daqui, tem Deputado dali, mas na hora de buscar subsídios, trazer alguma coisa ao Governo do Paraná, não importa se o Doutor Roberto Requião é do PMDB, se fosse outro Governador, não importa, afinal de contas ele é Governador, tem que ser respeitado como Governador, o que importa, isso é muito importante, Senhor Presidente, o que im-

porta, na realidade, é fazer com que se lave a cara de Brasília, se injete dinheiro no Governo do Paraná! Para quê? Para que o seu problema seja solucionado! É vontade política, é vontade de trabalhar! Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradecendo a atenção de todos, os apertes que foram solicitados e em nome do Bloco Agropecuário quero, finalizando, fazer um convite aos Senhores Parlamentares para a semana que vem, que estará reunida no Plenarinho da Assembléia, a Bancada do Paraná, para discutir com o Bloco Agropecuário, o pacote fiscal que vem aí.

Senhor Presidente, é de extrema importância - me permita, Deputado Orlando Pessuti, estou utilizando o horário e fazendo o convite - é de extrema importância que Vossas Excelências participem, junto com a Bancada Federal, porque este pacote fiscal que está aí, e na quarta ou na quinta-feira vai para a Câmara para ser discutido, é de extrema importância para o País, mas principalmente para o Paraná, que é o maior Estado em produção de grãos do País. Este pacote pretende votar 3% sobre a produção agrícola, na sua totalidade. Isso, segundo pudemos observar, na reunião que participamos com o Deputado Orlando Pessuti e demais companheiros, com as lideranças e os órgãos aqui do nosso Estado, é de extrema importância que o Paraná, principalmente o Paraná, o nosso Bloco e a nossa Casa participem desse encontro, com a Bancada Federal. Porque se nós não agirmos com muita rapidez, se aprovado o pacote que está lá, e como tudo está fácil de ser aprovado hoje, no Congresso Federal, em função dos compromissos que o Governo Federal está assumindo, que os Partidos Políticos estão assumindo com o novo Presidente, está muito fácil dos municípios brasileiros, dos Estados, serem penalizados em suas arrecadações e quem vai pagar a conta, principalmente da Previdência Social, será a classe produtiva do nosso Estado que é a nossa agricultura.

Fica aqui o nosso lembrete, o nosso convite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

A Mesa, a Presidência se associa à manifestação dos Deputados Toti Colaço, Rossoni, Alborghetti e Annibelli e quer informar à Casa que se o movimento de impedimento do tráfego naquelas estradas for iniciado, a Presidência vai comparecer para prestigiar o movimento.

Porque não é possível que isso aconteça quando salta aos olhos que com uma pe-

quena ajuda do Governo Federal nós poderíamos arrumar estas estradas.

E eu penso no tempo em que o Heinz foi Secretário de Viação, quando o Paraná, por delegação, consertava estas estradas. E há poucos dias, falando com o Governador Roberto Requião, sobre esta problemática do Paraná ser o responsável pelo conserto das estradas, com o ressarcimento do Governo Federal, o Governador alegava que o Poder Federal, já não paga o que deve e por isso mesmo as coisas estavam difíceis.

Eu acho que o movimento grevista, impedimento do tráfego nas estradas é legítimo e por isso mesmo nós estamos de pleno acordo. Nós gostaríamos também que o Deputado Heinz, que conhece profundamente o problema das estradas do Paraná, não só das estaduais, como das municipais e federais, comparecesse conosco nesse movimento, porque ele foi realmente um grande Secretário de Transportes e no seu tempo não aconteciam essas coisas.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº ACN 074/92, subscrito pelo Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias do período de 09 a 12 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, acima aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Ratificação e Retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e o BRDE. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J..

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), firmado pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no dia 17 de outubro do ano de 1.992.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 100/92

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental nº 90/92, tem por finalidade solicitar a aprovação do convênio de ratificação e retificação de ato de igual natureza, que criou o CODESUL e BRDE.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não há nada que obste a sua normal tramitação neste Poder, nestas condições nosso parecer é favorável na forma do projeto de decreto legislativo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92.

**Rejeitado.**

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 007/92.

Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, registrando o voto contrário da Bancada do PT, e já faremos a declaração de voto.

Tal decreto legislativo diz respeito à questão da aprovação do convênio de ratificação e retificação do ato de igual natureza. E as cópias desse convênio não se encontram anexas para serem analisadas nesse momento, elas estão em separado, provavelmente, da Ordem do Dia.

Impossibilitados de fazermos uma análise desses convênios, é que solicitamos o adiamento por cinco sessões. Não sendo adiado, nós seremos obrigados a votar contrário por desconhecer, no momento, o que reza o convênio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, para a sessão de amanhã, determina, para a sessão de segunda-feira, determina que as informações da solicitação do decreto legislativo sejam publicadas.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) - Eu peço a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.  
Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro, para verificação de votação, a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu declino do pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado. Vai se proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Decreto Legislativo nº 007/92, queiram levantar-se.

Vinte e sete aprovam.

**Está aprovado o projeto.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 86/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788.000,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O..  
**Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149 de 26.10.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 312/92

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 086/92, que visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788.000,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões e setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra. Servirá como recurso para a cobertura do presente crédito, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço de 1991 da Unidade, no valor de Cr\$ 105.788.000,00 (cento e cinco milhões e setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), e de excesso de arrecadação em recursos próprios da Unidade, no valor de Cr\$ 4.264.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros).

Procedida à análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 312/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 86/92, de 23 de outubro do corrente, o Projeto de Lei nº 312/92, objetiva a aprovação de um Crédito Suplementar da ordem de Cr\$ 4.369.788.000,00 (Quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra.

A presente matéria passou pelos grifos da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional e de mérito, recebendo desta Parecer Favorável.

Assim sendo, o que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer FAVORÁVEL, ao projeto em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 312/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.369.788.000,00 (quatro bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros), ao vigente

te orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra.

Ao indicar como recurso para a cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço de 1991 da Unidade, no valor de Cr\$ 105.788.000,00 (cento e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil cruzeiros) e de excesso de arrecadação em recursos próprios da Unidade, no valor de Cr\$ 4.264.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), a iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria tributária.

Posto isto, somos de parecer FAVORAVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 85/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual da Administração de Material - DEAM. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149, de 26.10.92 - Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 311/92

P A R E C E R:

E o presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem nº 85/92, objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), vigente ao orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, importância

esta proveniente de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 1991.

O Projeto de Lei em análise confere dispositivo constitucional ou regimental, preenchendo todos os requisitos exigidos no tocante à sua iniciativa e redação legislativa.

Face ao exposto, encontra-se o mesmo em condições de ser submetido à consideração do Plenário, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 311/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº

85/92, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM. Sobre a matéria já houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, entende não existir óbices de qualquer natureza, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

PAULO MAIA - Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 311/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 85/92, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Ao indicar como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 1991, conforme especifica, a iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 310/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 87/92, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. nº 149 de 26.10.92 - Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 310/92

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem Governamental nº 87/92, dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com finalidade de atender despesas resultantes do convênio realizado com o Programa Nosso.

No que concerne ao aspecto legal e constitucional, objetivo desta Comissão, a presente proposição preenche todos os requisitos, com destaque ao inciso V do art. 135 da Constituição Estadual.

Logo, o Projeto de Lei nº 310/92 encontra-se em condições de ser levado à deliberação do Plenário, para apreciação quanto ao mérito, merecendo acolhimento e parecer favorável desta Comissão.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 310/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 87/92, o presente plano de lei aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros).

Analisada a referida proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão ao examinar a matéria, concluiu não existir óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal.

Isto posto opinamos favoravelmente à aprovação deste projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 310/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental nº 87/92, visa aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, no valor de Cr\$ 358.000.000,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões de cruzeiros).

A iniciativa atende às disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, ao indicar como recurso para a cobertura do respectivo crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, consoante específica.

Assim, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 78/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00

(vinte e sete bilhões e seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná-FUNDEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O..  
Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149 de 26.10.92 - Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 309/92

AUTOR: PODER EXECUTIVO

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental sob nº 78/92, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, visando atender despesas que especifica.

Os recursos para a cobertura do crédito decorreu de cancelamento de dotação da própria FUNDEPAR.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental a sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Sessões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 309/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 78/92 que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão conclui não existir óbices de qualquer natureza à sua tramitação normal, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 309/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 78/92, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.664.000.000,00 (vinte e sete bi-



lhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Ao indicar como recurso para a cobertura do referido crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação da própria entidade, conforme específica, a iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 88/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões, quatrocentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. nº 149, de 26.10.92 - Mens.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 308/92

AUTOR: Poder Executivo Estadual

(Mensagem nº 88/92)

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo Estadual, a Mensagem nº 88/92, versa sobre a aprovação de crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, num montante de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões, quatrocentos milhões de cruzeiros). Do ponto de vista constitucional e regimental, não há obstáculos quanto a sua tramitação normal nesta Comissão, bem como, pelo Plenário desta Casa de Leis.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 308/92

Atendendo ao disposto no art. 33, § 3º, do Regimento Interno, analisamos o Projeto de Lei nº 308/92, enviado pelo Poder Executivo paranaense a esta Casa Legislativa, pela Mensagem nº 88/92, que visa aprovar crédito suplementar, alterando o orçamento da Administração Geral do Estado em vigor - Recursos sob Supervisão da SEFA, concluindo que, no que diz respeito a esta Comissão de Finanças, nada há a opor.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### PROJETO DE LEI Nº 308/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 88/92, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.400.000.000,00 (treze bilhões, quatrocentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Ao indicar como recurso para a cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, conforme específica, a iniciativa atende às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria tributária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Achamos válido que se faça qualquer adequação à situação das finanças do Estado do Paraná. Mas não podemos concordar em hipótese alguma - e mais uma vez avança-se contra aquelas que já estão em situação de penúria, que são as universidades públicas do Paraná - avance-se nos orçamentos destas universidades.

Pede-se a suplementação orçamentária para os encargos gerais do Estado. Há programas especiais que, inclusive, não estão aí especificados e supprime-se, cancela-se, os programas a cargo das Universidades de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, UNICENTRO, UNIOESTE, TECPAR. Isto, na nossa visão, é um prejuízo incalculável num momento sério pelo qual passa a escola pública também de terceiro grau.

Por isso a Bancada do PDT se posiciona contrária a esta iniciativa, porque não pode concordar, em hipótese alguma, que para resolver um problema que como aqui especifica "encargos gerais", que inclusive não se especifica, procure se sacrifi-

car a educação e, desta feita, a educação de terceiro grau, quando recentemente não se respeitou nem uma eleição direta na UNIOESTE, não se aceitou processo de democracia. Estamos vendo uma situação falimentar, caótica, nas universidades públicas.

Por isto, o nosso voto é contrário a esta iniciativa do Governo do Estado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Quero registrar também o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores. O Deputado Paulo Maia já expôs que os recursos estão sendo retirados das universidades estaduais do Paraná e também do TECPAR. O que é mais grave, este remanejamento de recursos tem como objetivo saldar um compromisso do Governo do Estado junto a instituições financeiras, em razão do Governo do Estado do Paraná ter assumido parte da dívida da Cidade Industrial de Curitiba.

Entendemos que esta medida, além de contrariar os interesses maiores do ensino no nosso Estado, ainda revela que as regiões onde estão assentadas estas universidades estão sendo mais uma vez discriminadas na distribuição de recursos.

Quem conhece, por exemplo, da UNIOESTE e das demais universidades do Estado do Paraná, sabe que o Governo do Estado não vem sequer destinando os recursos necessários previstos no orçamento para manutenção destas instituições de ensino superior que estão numa situação de absoluta penúria. E é evidente, com este projeto, uma tentativa de simplesmente anular todo um esforço de construção e investimento no ensino superior do Paraná, colocando as universidades numa situação de penúria, não tendo condições sequer de cumprir com seus objetivos, com suas metas.

A Universidade do Oeste do Paraná, que já vem sendo sistematicamente discriminada na alocação de recursos para investimento e para manutenção, está sendo agora duplamente lesada, a exemplo das demais universidades, quando este Governo se recusa a manter as universidades.

O que me parece efetivamente é que o Governo do Estado do Paraná tem uma política deliberada no sentido de acabar definitivamente com o ensino superior. Considera-se o ensino superior um encargo muito caro ao Governo, prefere-se pagar as dívidas da Cidade Industrial de Curitiba, que privilegia uma parte da população do Estado do Paraná e que é responsável hoje, esses investimentos e essa dívida que o Governo do Estado assumiu hoje, por uma elevação tributária das cidades dessa região, muito grande em detrimento de outras regiões do Estado.

O Governo do Estado, ao assumir a dívida da Cidade Industrial, consolida e cristaliza um processo de desenvolvimento econômico desigual. A Região Oeste do Paraná, a Região Sudoeste, mesmo a Região Norte, a Região Central do Estado, tantas outras regiões, não tiveram esse apoio do Governo do Estado, são regiões hoje que têm a sua economia dependendo, basicamente, do setor primário. Os municípios situados, a exceção dos municípios da região industrial de Curitiba, hoje sofrem problemas sérios na sua arrecadação tributária, exatamente pela ausência de apoio por parte do Governo Estadual, e o que é mais grave, foi logo o Governo buscar esses recursos já das tão combatidas finanças das universidades públicas do Estado do Paraná.

E preciso lembrar aqui, que as universidades são caras, é verdade, mas elas formam a massa crítica, formam a vanguarda intelectual do nosso Estado, são elas as responsáveis pela produção da pesquisa, são as universidades que são responsáveis pela produção de conhecimento e a transmissão de programas fundamentais de extensão junto à comunidade em que elas estão inseridas. Os efeitos sociais, culturais e econômicos das universidades não se fazem sentir de imediato, mas é exatamente no investimento de educação que se consegue aferir a grandeza e a visão política dos nossos governantes.

Por isso, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos registrar não apenas o nosso voto contrário a essa mensagem, mas os nossos veementes protestos por esta atitude discriminatória e esta atitude antiparanista que consideramos, por parte do Governo do Estado, que privilegia um setor da economia, um setor do Estado, em detrimento da educação, em detrimento de outras regiões.

Queremos tratamento igualitário, queremos desenvolvimento integrado, desenvolvimento regionalizado para todos os municípios do Paraná, não apenas para alguns.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - (Para Encaminhar) -

Quero deixar registrado que nesse projeto é compreensível a posição manifestada pelo Partido dos Trabalhadores, mas é inadmissível que aqui venha a Liderança do Partido Democrático Trabalhista que há pouco através do Prefeito Municipal reclamava uma posição clara do Governo do Estado em relação a dívida contraída pela administração Jaime Lerner em relação a Cidade Industrial de Curitiba.

Na verdade, a prática e os negócios danosos praticados ao longo das diversas gestões administrativas do hoje Prefeito

Jaime Lerner se fazem aqui refletir. O Estado tem o compromisso de resolver problemas gerados pela irresponsabilidade administrativa na condução dos negócios públicos do município de Curitiba. E é assim que hoje há um sacrifício das instituições do ensino superior cujo ensino público e gratuito vem sendo mantido pelo Governo do Estado e essa é uma das conquistas do PMDB e é bom que se registre para o encaminhamento da votação, que é a conquista da gratuidade e da publicidade nas instituições do ensino superior é uma das conquistas e um dos legados das políticas governamentais do PMDB a frente do Estado do Paraná. E assim que não só se garante a publicidade e gratuidade do ensino como também se está garantindo a extensão, como também se está garantindo a expansão do sistema, como também nós estamos com uma prática em política de construção de ambulatório como o que recentemente concluímos na Universidade Estadual de Londrina de modo que de maneira nenhuma a votação que hora se propõe compromete o sistema de ensino superior do Estado, o sistema, as instituições de ensino superior, bem como o Instituto de Tecnologia do Paraná, cujas verbas são remanejadas por essa mensagem têm o seu funcionamento regular, pleno de modo que a votação disso e nós não vamos poder cair na demagogia da bancada Pedetista e eu quero crer que da liderança do PDT nem é essa expressão da Bancada do PDT, de entender que essa mensagem coloca em sacrifício as instituições de ensino superior, não, Sr. Presidente, a mensagem é clara e visa resolver um problema grave criado pela irresponsabilidade do hoje Prefeito Jaime Lerner, que endividou Curitiba e também o Paraná, e o Paraná para saldar dívidas do município comprometeu-se para inclusive enfrentar a demagogia, a propaganda que a Prefeitura Municipal, através de veículos remunerados fez ainda recentemente cobrando soluções do Governo do Estado.

Então essa é uma das mensagens. E uma das necessidades que tem o Governo do Estado para saldar compromissos que são compromissos da gestão irresponsável do Sr. Jaime Lerner à frente da Prefeitura Municipal de Curitiba.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Bancada do PDT continua mantendo a sua posição e lamenta profundamente que o Deputado Bona Turra, que obviamente tem a sua função aqui como defensor, ocupante de funções comissionadas no Estado do Paraná, venha a ser uma voz em defesa do Governo Roberto Requião, que também foi Prefeito de Curitiba e irresponsavelmente também não saldou as dívidas da Cidade de Curitiba.

Agora queremos deixar bem claro a V.Exa, que eu acho que a irresponsabilidade maior é se tirar verbas da educação e nós não estamos combatendo em hipótese alguma a dívida da Cidade Industrial de Curitiba, porque é lá que está hoje a maior sustentação de empregos do Estado do Paraná e que V.Exa. em momento algum ressaltou isso.

Eu acho que irresponsabilidade é do seu governo, do Governo do PMDB e de V.Exa. que ao invés de vir aqui defender os interesses do Paraná, vem aqui mais uma vez tentar defender o governo do maior nepotismo da história do PMDB que inclusive o Deputado Florisvaldo Fier disse a V.Exa. numa oportunidade passada e eu tenho certeza que com essa postura de V.Exa. em não se preocupar com os interesses do Paraná, mas se preocupar em se manter como aliado, do Governo do Paraná, não vamos chegar a lugar nenhum...

(tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa foi condescendente com V.Exa., na realidade V.Exa. não podia falar mais para encaminhamento da votação o deputado pode usar da palavra uma só vez.

O SR. PAULO MAIA - Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. falou pela ordem, mas não citou o artigo que estava sendo violado.

O SR. PAULO MAIA - Correto, mas veja bem que eu não citei em hipótese alguma também a postura do Deputado Bona Turra, agora não vamos permitir em hipótese alguma que o Governo Jaime Lerner, porque deu um banho de votos no Requião e nos seus candidatos, venha ser atacado por desespero do Deputado Bona Turra.

Nós temos certeza que, o que o PDT fez, a resposta que o povo de Curitiba deu à administração de Jaime Lerner é em reconhecimento pelo trabalho, pela competência que o seu governo que também foi prefeito de Curitiba não teve capacidade para isso.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero consultar a Mesa se não seria possível retirar o projeto de discussão da ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está na fase de votação, só pode ser retirado na próxima sessão.

O SR. ERNANI PUDELL - Deveriam por exemplo substituir, ao invés de tirar recursos da universidade, não comprar helicóptero, ficaria muito mais interessante...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há questão de ordem a ser decidida. Continua em votação o Projeto de Lei nº 308/92.

APROVADO.

O SR. PAULO MAIA (Declaração de voto) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez a Bancada do PDT quer registrar aqui que em hipótese alguma será contrária a qualquer investimento na geração de empregos no Estado do Paraná, seja em Curitiba ou em qualquer região deste Estado e como tal votou contrário porque neste momento está se tirando dinheiro da educação e nós sabemos muito bem que existem outros setores que não são prioritários como é educação, educação sucateada, arrasada, do 1º ao 3º graus nos Governos do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Declaração em voto) - Votada aqui a matéria é de lamentar que no debate político que se deve travar nesta Casa, nós tenhamos aqui nesta ocasião o rebaixamento, o nível de discussão a condições que eu reputo lamentáveis inclusive com utilizações de expressões que ferem o decoro parlamentar, como ferem a dignidade do exercício que aqui fazemos. E de se registrar que a votação nossa e que nos traz aqui a esta Assembleia e, portanto, nos coloca pela porta da frente é mais do que o dobro da votação obtida pela Liderança hoje do PDT, esse sim adesista, porque eleito pelo... (VOZES PARALELAS).

O SR. PAULO MAIA - ... cumpro os preceitos eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa adverte para o artigo 161 do Regimento Interno: "(Lê - É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, ler ou fazer a este respeito qualquer comentário na tribuna."

Segue-se a sessão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/92, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que determina a pesagem obrigatória de botijão e cilindro de gás liquefeito de Petróleo - GLP - à vista do consumidor e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148 de 22.10.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 298/92

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa tornar obrigatória a pesagem de botijão e cilindros de gás liquefeito de petróleo à vista

do consumidor e em sua proteção.

A respeito do assunto tramita no Judiciário Ação Civil Pública, que mereceu procedência.

Inexiste neste projeto óbice de natureza legal, constitucional ou regimental ao seu normal seguimento.

Somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao duto Plenário.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente, solicitando seja retificada, na Ordem do Dia, e autuação, o Projeto de Lei nº 298/92, determinando-se a inclusão do nome do signatário do presente como seu autor, ao lado do ilustre Sr. Deputado Antônio Annibelli, conforme foi apresentado à Mesa bem como seja o mesmo apreciado em regime de urgência.- Deferido.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à infância - APMI de Santa Izabel do Oeste. com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143 de 19.10.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Santa Izabel do Oeste, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Procedida à análise regimental, legal e constitucional, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em consonância com os preceitos da Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que especifica requisitos para a declaração de Utilidade Pública de sociedades civis.

Nestas condições, somos de parecer favorável opinando pela aprovação do Projeto de Lei em exame.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, as

áreas de terra conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 272/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, as áreas de terra conforme específica.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada esta Comissão de Constituição e Justiça, não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
Arlindo Troian - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 272/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 272/92, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar as áreas de terra, conforme específica, ao Município de Cruzeiro do Sul.

As áreas reivindicadas pela municipalidade haviam sido doadas à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, pelo Município que ora reivindica em regresso.

Analisando a matéria, sob os aspectos a que é chamada esta Comissão, não há nada que obstaculize a normal tramitação do aludido projeto de lei, optando assim, em dar o parecer favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.92

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente  
EDSON SILVA LINO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. e FAVORÁVEL da C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.

PROJETO DE LEI Nº 198/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado

do Paraná.

Art. 2º - O integrante das Polícias Civil ou Militar que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, a mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil ou Militar, autor ou responsável pela ordem, e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.92

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

No dia 30 de agosto de 1988 os professores estaduais do Paraná realizaram uma manifestação no Centro Cívico de Curitiba, nesta oportunidade foram utilizadas 4 (quatro) bombas de efeito moral, cuja referência é GL 304, e um espargidor de gás lacrimogêneo, referência F-3. Como resultado desta ação utilizando elementos químicos, ficaram feridas 18 (dezoito) pessoas de forma leve e 02 (duas) pessoas de forma grave, incapacitando-as para o desenvolvimento de suas atividades normais por mais de 30 (trinta) dias.

Outro fato, acontecido no Estado de São Paulo em 14 de setembro de 1991, demonstra a lesividade da utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Nesta data mais de 50 (cinquenta) policiais foram submetidos a exercícios com artefatos químicos no quartel da ROTA. Destes, 08 (oito) sofreram intoxicações, e 02 (dois), o cabo Adilson Donizete de Oliveira e o Soldado Josafã Aparecido da Silva, faleceram.

Estes dois acontecimentos, entre tantos outros não divulgados, e o despreparo dos policiais - decorrentes das condições inadequadas de trabalho, incluindo baixos salários - atestam a nocividade da utilização destes artefatos. As informações citadas não são versões, elas podem ser comprovadas por documentos oficiais cuja fidedignidade não é contestada, como o Processo Crime 11/90 do Ministério Público que investiga os atos ocorridos no Centro Cívico em Curitiba.

Não podemos permitir que cidadãos fiquem expostos aos riscos decorrentes da utilização de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, sobretudo quando a própria Polícia Civil e Militar reconhecem dificuldades para a orientação das tropas e a

falta de preparo do dispositivo operacional.

O professor Igor Vassilief, doutor especializado em toxicologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, compara os gases lacrimogêneos às armas químicas condenadas pela Convenção de Genebra, enfatizando as consequências altamente prejudiciais à saúde e à necessidade da proibição de seu uso.

Para defender a saúde e a vida dos cidadãos, entre os quais encontram-se os membros da Polícia Civil e Militar, solicitamos a aprovação do presente projeto.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 198/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem como finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Verificando a legislação que trata da matéria, constata-se que a Constituição Federal, em seu artigo 22, XXI, traz o seguinte: "Compete privativamente à União legislar sobre: XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpos de bombeiros militares." (O grifo é nosso).

Confrontando o dispositivo constitucional acima exposto, com o projeto de lei ora em questão, chega-se à conclusão de que o dito projeto é inconstitucional, pois trata de matéria de competência exclusiva da União.

Diante do exposto, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 198/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, tem por finalidade proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral, por parte dos integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Paraná, e dá outras providências.

Não se pode negar que o nobre Deputado tem toda razão, e é merecedor de total apoio da população, ao tentar proibir o uso destes materiais perigosíssimos em

nosso Estado. Acontece porém, que a Constituição Federal é clara ao dizer que a competência para a matéria é exclusiva da União, como já disse a Comissão de Constituição e Justiça.

Diante do exposto, de acordo com a Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela rejeição do projeto ora em questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI Nº 198/92

Autor: Deputado Florisvaldo Fier

Súmula: Proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências.

P A R E C E R:

O plano de lei recebeu pareceres contrários na C.C.J. e na Comissão de Segurança Pública.

Cabem no entanto, as seguintes ponderações:

1) Efetivamente, é da competência privativa da União, na forma do art. 22, XXI, da Constituição Federal legislar sobre normas gerais e organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização de polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Grifos nossos).

Logo, é inconstitucional a matéria como proposta, nesta parte, por invasão de competência exclusiva de outro nível de governo. A questão em pauta, também vem disciplinada no Decreto 64.710, de 18 de junho de 1969; Decreto Lei nº 2.010, de 21 de janeiro de 1983 e no Decreto Lei 667 de 02 de julho de 1969.

2) No que tange, por outro lado, à Polícia Civil, entendemos, que a pretensão não esbarra em nenhum óbice constitucional, legal, regimental ou de técnica legislativa. Somos por consequência, de parecer favorável, à aprovação no âmbito somente da Polícia Civil.

E o parecer, "Sub Censura", na forma da emenda substitutiva geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ALCEU SWAROWSKI - Relator

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DA COMISSÃO DE FINANÇAS, AO PROJETO DE LEI Nº 198/92.

Art. 1º - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil, bem como de empresas de segurança ou vigilância em treinamento ou operação, em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2º - O integrante da Polícia Civil que descumprir a presente lei, seja



autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil, autor ou responsável pela ordem e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 198/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 198/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 090/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que dispõe sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C. **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 090/92

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas que atuam nas linhas intermunicipais de transporte rodoviário em todo o território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, passagens para pessoas pobres, com mais de 60 anos.

Art. 2º - Os passageiros que serão beneficiados por esta lei, apresentarão "atestado de pobreza" às empresas concessionárias de transporte intermunicipal para retirada de seus bilhetes.

Parágrafo Único - O "Atestado de Pobreza" será expedido pelo órgão competente, no município em que se está solicitando a passagem.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os problemas que a população idosa do Brasil enfrenta são bem conhecidos daqueles que têm um pouco de informação ou preocupam-se com o destino destes cidadãos que em sua grande maioria vive à margem da sociedade. Entendemos que o nobre ofício de representante popular, nos impõe o dever de estarmos enquadrados nos dois casos. É justamente por determos tal representação, temos a obrigação de buscarmos soluções que aliviem o drama cotidiano que vivem estas pessoas. Se falamos em "aliviar", indicando uma situação paliativa, é porque temos consciência de que esta questão, como tantas outras neste País, é de fundo estrutural. Portanto, que exige uma reformulação completa e profunda no quadro que aí está.

Mas podemos minorar parte do sofrimento de nossos idosos, pelo menos os do Paraná, adotando medidas como a que propomos neste projeto de lei. A imprensa está cheia de notícias, todos os dias, sobre o reajuste dos 147% para aposentados e pensionistas que não está sendo concedido. Nas ruas e em toda parte assistimos a decadência do idoso, a sua falta de espaço numa sociedade que o estigmatiza pela idade e o despreza pelo abandono do processo produtivo. Abandono este, na sua maioria das vezes, imposto por esta mesma sociedade que lhe nega acesso ao mercado de trabalho e o relega ao limbo dos deserdados pela sorte. É para mudar um pouco esse tipo de coisa, que entendemos ser nossa proposta de lei uma manifestação de solidariedade, altruísmo e verdadeira preocupação com os problemas que a população duplamente penalizada por nossa sociedade, por ser pobre e idosa, enfrenta.

O fornecimento de passagens gratuitas para as pessoas pobres, com mais de 60 anos, em todas as linhas rodoviárias do território paranaense, é medida que certamente virá amenizar parte dos problemas desta camada da população.

As empresas de ônibus que operam em linhas intermunicipais no Paraná, são concessionárias deste serviço, ou seja, recebem do estado, através de contrato por tempo determinado, a concessão para realizar este serviço. Todos nós sabemos que este é um segmento lucrativo, tanto que as empresas não abrem mão de suas concessões.

Ao contrário, procuram mantê-las a todo custo e abominam qualquer possibilidade de concorrência entre as linhas mais frequentadas.

Tal desempenho nos permite avaliar que parte deste lucro pode ser dividido com aqueles que não têm condições de arcar com todos os custos de uma viagem. A passagem gratuita, com certeza, aliviará tais custos, e o deslocamento será facilitado. Ao propormos esta lei queremos ape-



nas justiça para esta camada da sociedade, beneficiando cidadãos que moram nas cidades ou no meio rural, facilitando-lhes a locomoção em seu próprio Estado. Se aprovarmos esta lei poderemos depois, aliviar um pouco nossas próprias consciências em relação a este problema social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 090/92

P A R E C E R:

A matéria trazida na proposição acima para conhecimento desta Comissão deve ser analisada a luz dos mandamentos contidos no art. 175, da Constituição Federal - de que o art. 146 da Constituição Estadual é decalque:

E reserva constitucional absoluta de lei pois que a disciplina da matéria é reservada pela Constituição Estadual (art. 146, § 1º) à lei complementar que impõe obediência a requisitos ou condições por ela determinados.

A Constituição da República filiou o Brasil a economia de mercado, que se baseia na livre iniciativa e na livre concorrência, quando lança as bases da ordem econômica, conforme os ditames da justiça social.

Veja-se que o parágrafo 1º do art. 146 da Constituição do Estado diz peremptoriamente:

"Lei complementar disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato, de sua renovação e prorrogação, bem como sobre as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado"

São essas as diretrizes gerais para os serviços públicos de competência do estado-membro.

As concessões de serviços públicos que fazem transporte coletivo intermunicipal repousam, em direitos e deveres, sobre o tripé Estado-transportadora-usuário.

Sem sombra de dúvidas o verdadeiro destinatário do texto da lei deve ser sempre o público usuário, cujo interesse não pode ser relegado a segundo plano, mas, data vênica, sempre com a adesão de todas as partes contratantes das concessões e na forma de lei complementar.

Diante de tais conclusões, embora sob todos os aspectos louvável o significado do projeto de lei ordinária do nobre Deputado Lourenço Fregonese, por força do comando de Lei Maior, torna-se insustentável, por flagrante inconstitucionalidade, sua aprovação.

E o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 090/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese tem por finalidade dispor sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 (sessenta) anos, no Estado do Paraná.

Em análise ao mérito deste plano de lei, esta Comissão entende que o alcance social da medida proposta, justifica plenamente a solicitação contida na presente.

Isto posto e uma vez sanado o vício de origem contido no sobredito projeto de lei, manifestamos nosso parecer FAVORÁVEL opinando-se pela APROVAÇÃO da presente proposta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/92, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que dispõe sobre atendimento prioritário a idosos, portadores de deficiência e gestantes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03 de 18.02.92.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 013/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 13/92, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por finalidade que se priorize o atendimento dos idosos, deficientes e gestantes, nos órgãos da administração estadual direta, indireta, fundacional e autárquica.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo ser de grande interesse social, e não havendo nenhum óbice de caráter regimental, legal ou constitucional, opinamos FAVORÁVELMENTE.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 013/92

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Lourenço Fregonese, tem por escopo a priorização do atendimento dos idosos, deficientes físicos e gestantes, no âmbito dos órgãos da administração estadual direta, indireta, funda-

cional e autárquica.

E evidente o alto espírito social que norteia o presente projeto, mormente no aspecto da saúde pública, face às pessoas beneficiárias do mesmo, não se encontrarem em gozo total de suas capacidades físicas. E neste sentido que somos de PARECER FAVORAVEL, opinando pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13.10.92.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatória a instalação de incinerador nos hospitais da rede pública e privada do Estado. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.S.P. (Publ. no D.A. nº 162 de 04.12.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Por outro lado, visto não ser nossa atribuição analisar a matéria sob o mérito, permitindo-nos alertar a douda Comissão de Saúde Pública que atente para os aspectos já mencionados neste parecer, à luz, dentre outros, dos documentos que anexamos ao presente, no sentido de contribuir na análise tanto da Comissão retro mencionada como do egrégio Plenário.

Feitas as ressalvas, concluímos pela normal tramitação do Projeto de Lei nº 573/91.

Sala das Comissões, em 10.03.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 573/91

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lourenço Fregonese, o presente projeto de lei visa a instalação obrigatória de incinerador nos hospitais da rede pública e privada do Estado.

Com efeito, trata-se de assunto importante, do ponto de vista de saúde pública, para a comunidade a incineração do lixo hospitalar, quer nos hospitais da rede pública, ou nos da rede particular.

Portanto, o presente projeto de lei, vem contribuir para a melhoria de vida de nossa população, que muitas vezes fica exposta a ação nociva dos resíduos hospitalares.

Face ao exposto, somos favoráveis a aprovação do projeto de lei em questão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.92

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
DOMINGOS CARVALHO - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, queremos registrar o voto contrário da Bancada do PT a este projeto, em função de que tecnicamente existem várias contradições sobre o que se deve fazer com o lixo hospitalar.

Como não tem definida ainda uma razão técnica e clara é que nós votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprova-**  
**do o Projeto de Lei nº 573/92**, com voto contrário da Bancada do PT.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/91, de autoria do Deputado Domingos Faustino de Carvalho e outros, que obriga os restaurantes de médio e grande porte a ter a supervisão de um nutricionista, que cria a carteira de saúde para os motoristas profissionais; que proíbe a venda de bebida alcoólica nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.S. e C.S.P. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 117 de 18.09.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 424/91 VOTO EM SEPARADO

Divergindo, inicialmente, da opinião do eminente relator da presente matéria, por entendermos que tal supervisão, prevista no art. 1º, deverá ser feita por servidores públicos, uma vez que não se poderia obrigar a que a iniciativa privada contratasse tais profissionais, entendemos, no mais, que a matéria, efetivamente, é apta à consecução do objetivo a que se propõe, a saber, a diminuição de acidentes relacionados com as más condições de saúde dos motoristas profissionais.

Entretanto, visando corrigir o aspecto formal do Projeto em tela, no que tange à técnica de elaboração legislativa, em que determinações de comportamento devem ser ressaltados, a fim de minorar a possibilidade de interpretação literal equívoca, e que apresentamos a esta Comissão, um substitutivo geral que entendemos sanará tais deficiências, para o qual solicitamos a aprovação dos Senhores Deputados componentes desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
JOSE TAVARES - Relator

##### PROJETO DE LEI Nº 424/91

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

Art. 1º - Ficam os motoristas profissionais habilitados à categoria "D" neste

Estado, obrigados à realização de exame de saúde, efetuado a cada seis (06) meses.

Parágrafo Único - A comprovação do previsto neste artigo dar-se-á pela apresentação de Carteira de Saúde, que conterá os dados clínicos mais importantes do portador, emitida pelo órgão estadual competente.

Art. 2º - Os restaurantes de médio e grande porte, bem como os estabelecimentos comerciais que produzam ou comercializem alimentação, localizados à margem das rodovias existentes neste Estado, ficam obrigados à supervisão de nutricionistas, que emitirão laudo técnico referente à qualidade da alimentação servida nos referidos locais, bem como oferecerão orientações no sentido de sanar eventuais deficiências neste campo.

Art. 3º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais localizados à margem das rodovias existentes neste Estado.

Art. 4º - Os postos da polícia rodoviária estadual manterão um agente da saúde, ou um patrulheiro treinado, para determinar os sinais vitais dos motoristas de que trata a presente lei.

Art. 5º - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à execução da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 424/91

P A R E C E R:

De autoria conjunta dos Deputados membros da Comissão de Saúde, visa o presente projeto de lei, tornar obrigatória a supervisão de um nutricionista nos restaurantes de médio e grande portes; criar a carteira de saúde para os motoristas profissionais e proibir a venda de bebidas alcoólicas, nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias no Estado do Paraná.

A proposição, a nosso ver, não fere qualquer dispositivo constitucional, legal ou regimental, salvo com relação ao artigo 1º, que por apresentar desdobramento de ordem trabalhista situa-se no âmbito de competência privativa da União, conforme dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Assim, o nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei em análise, com a supressão do seu art. 1º.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91  
(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 424/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria conjunta dos Senhores Deputados integrantes desta Comissão de Saúde Pública, tem por finalidade tornar obrigatória a supervisão de um nutricionista nos restaurantes de médio e grande portes; criar a Carteira de Saúde para os motoristas profissionais e proibir a venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias no Estado do Paraná.

A intenção desta proposta é concretizar medidas de proteção à saúde dos motoristas profissionais, resultando em maior segurança e diminuição de acidentes nas rodovias estaduais.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou-se favoravelmente na forma do substitutivo geral.

Assim sendo, esta Comissão de Saúde, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favoravelmente na forma do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 424/91.

E o parecer.

Sala das Comissões, 20.10.92  
(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
CLEITON KIELSE - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI Nº 424/91

P A R E C E R:

De autoria dos Senhores Deputados que integram a Comissão de Saúde desta Casa, trata o presente projeto de lei, de tornar obrigatória três importantes questões:

- supervisão de um nutricionista nos restaurantes de pequeno e médio porte;
- criar Carteira de Saúde para motoristas profissionais;
- proibição da venda de bebidas alcoólicas nos restaurantes e bares que margeiam as rodovias no Estado do Paraná.

Tem por finalidade a redução de acidentes, e a proteção da saúde dos motoristas profissionais.

Assim sendo, considerando-se que a douta Comissão de Constituição e Justiça, apresentando substitutivo geral, opinou favoravelmente à aprovação; da mesma forma se manifestou a própria Comissão de Saúde, autora do projeto em tela, esta Comissão de Segurança Pública, opina favoravelmente pela tramitação normal do Projeto de Lei, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente  
CEZAR SILVESTRI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 424/91.

**Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 424/91.

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/92, de autoria do Deputado Paulo Maia. O Estado do Paraná penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o Direito da Mulher ao emprego urbano ou rural. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI Nº 066/92**

**P A R E C E R:**

Chega a esta Comissão a Emenda Substitutiva Geral nº1, aposta ao Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, que dá nova redação ao projeto que dispõe sobre as penalizações aos estabelecimentos comerciais, industriais, empregadores rurais, entidades, representações, associações ou sociedades civis que restringem o direito da mulher ao emprego urbano ou rural.

No aspecto referente às disposições contidas no Regimento Interno a mesma encontra-se perfeitamente adequada.

Do ponto de vista doutrinário e constitucional nada há que obste a tramitação da mesma, inclusive pelo relevante caráter social da mesma.

Desta forma, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 066/92.

**Indeferido.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quando tomamos a iniciativa de encami-

nhar a esta Casa o presente Projeto de Lei, objetivamos e concordamos, inclusive assinamos juntos, o substitutivo geral do Deputado Doutor Rosinha, visto que esse substitutivo também assinado por nós, aperfeiçoava ainda mais o objetivo social do presente Projeto de Lei, que visa, única e exclusivamente, dar garantias de condições de trabalho e de vida à mulher brasileira do Paraná.

Temos assistido constantemente, em diferentes empresas, sejam rurais ou urbanas, a discriminação que existe em relação ao trabalho da mulher, que hoje representa - conforme a própria justificativa do Deputado Florisvaldo Fier - conforme dados da Organização Internacional do Trabalho, uma mão-de-obra de mais de 100 milhões de mulheres, incorporado a esse trabalho em todo o mundo. O Paraná não é exceção, e o Brasil muito menos!

Neste momento assistimos, após a promulgação da Constituição de 88, quando se garantiu à mulher trabalhadora a licença-maternidade por 120 dias, estamos assistindo a discriminação contra esse trabalho, que representa o sustento da família, o sustento da mulher, o sustento da sociedade paranaense.

Neste momento nos preocupamos também porque sabemos que esta nossa iniciativa já não é uma iniciativa apenas de Projeto de Lei do Paraná, mas é uma realidade em Estados que representam hoje a maior mão-de-obra deste País, como os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, esta iniciativa já se tornou uma realidade. O que queremos é evitar que a mulher brasileira continue sendo discriminada, apesar de que a Constituição Federal garante que os direitos sejam iguais, mas a garantia de que os direitos sejam iguais não proíbe que nos Estados se façam a adequação de suas realidades a essa iniciativa.

Por isso estamos estabelecendo algumas condições. E dizemos também que uma das mais violentas formas de discriminação - e na nossa justificativa isto está bem claro - é sem dúvida o cerceamento à admissão e permanência nos empregos em razão da condição feminina, natural na mulher, como mãe. E no momento em que a mulher trabalhadora engravida, no momento em que chega ao seu trabalho e diz do seu estado de gravidez, imediatamente a empresa procura demiti-la, procura afastá-la de alguma forma.

Por isso a nossa preocupação é garantir, é dar à mulher a estabilidade, a garantia de que necessita quando do seu estado de gravidez. Ela precisa desta garantia que, passando pelo processo de gestação, o seu emprego continue garantido, o seu trabalho continue garantido, o seu sa-

tário, a sua mão-de-obra continue sendo mantidos.

Portanto, cabe ao Executivo, dentro da competência específica do Governador do Estado, distribuir as tarefas entre os seus Secretários, determinando os órgãos que atuarão na forma da incrementação da Lei.

E eu tenho certeza de que esta é uma das brigas, uma das brigas sociais, entre muitas, que o Governo do Paraná tem divulgado por aí. Temos certeza de que no momento em que o Governo do Paraná procura garantir o trabalho àquele trabalhador das ocupações de terra, ele também estará dando garantia de cobertura a essa iniciativa de lei que garante a mão-de-obra feminina no seu trabalho sem a discriminação que hoje está havendo.

Nós estamos, inclusive, dizendo na nossa justificativa, que o fato da Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXX, já vedar qualquer discriminação no tocante a salário e ao critério de admissão, não impede que seja elaborada norma normativa que adote o tratamento dispensado pelo Estado com relação ao respeito que se deve ter à garantia fundamental do emprego.

Por isso temos a certeza de que esta Casa, eleita pelo povo, há de reconhecer esse trabalho, transformando em lei esta iniciativa, garantindo à mulher trabalhadora a tranqüilidade para permanecer no seu trabalho, indistintamente, independente da empresa em que atue, seja ela rural ou urbana. Mas, que se dê à mulher, mãe por natureza, que se dê a ela a tranqüilidade para continuar, podendo ter os seus filhos e ter a garantia do seu trabalho e a sua estabilidade, na vida e na sociedade paranaense.

Nós acreditamos que o alcance social deste trabalho é de fundamental importância, não só para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Ele é importante para o Paraná. E com certeza há de se transformar em importância para todos os Estados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - O projeto de lei ora em apreciação por esta Casa, com certeza guarda relação com as bases originais da hoje Liderança do partido Democrático Trabalhista, que eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, naturalmente o fez num sentido muito claro de compromisso com o movimento de mulheres, especialmente de mulheres trabalhadoras.

Nós temos aqui, em apreciação, um projeto de lei da maior importância, que deve

merecer não só o apoio para sua aprovação, mas sobretudo para sua implementação. Nós sabemos que este projeto de lei, convertido em lei, irá alcançar sobretudo os grandes latifundiários, irá alcançar os banqueiros, de modo especial, aqui no Paraná, o BAMERINDUS, cujas práticas lesivas e discriminatórias em relação aos direitos da mulher são de todos conhecidos.

De modo que nós, que vamos aprovar este projeto e que temos nisso uma referência de um interesse popular, interesse do movimento das mulheres trabalhadoras, teremos também de, num processo de unidade política, lutar para que estes direitos sejam assegurados, lá na ponta, nas fábricas, nas indústrias, nas fazendas, onde de fato, as mulheres são extremamente discriminadas. E assim que, de todas as conquistas nas sociedades modernas e ainda nas sociedades socialistas, a última das conquistas é a plena libertação das mulheres.

De modo que esta iniciativa parlamentar, esta iniciativa legislativa é da maior importância, é um passo à frente no movimento das mulheres trabalhadoras, merece o apoio unânime desta Casa, e sobretudo merece a unidade política, para que se converta em ações práticas, de penalização aos maus empresários, de penalização aos latifundiários, que lesam os direitos das mulheres e dos trabalhadores, de aplicação rigorosa de medidas contra os banqueiros, cujas práticas são de todos conhecidas.

De modo que, guardando relação com a proposta original, merece este projeto de lei todo o apoio e toda a força para a sua implementação e concretização.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A Constituição Brasileira coloca a igualdade entre raças e sexos. Mas, na prática, temos constatado que isso não tem se dado. São vários os tipos de violência do homem com relação à mulher. Violência pela agressão física, no relacionamento, fazendo a pressão psicológica ou a violência social.

Este nosso projeto tenta coibir inúmeros destes atos discriminatórios. Seja na revista formal da mulher, quando sai do serviço; seja na inexistência, muitas vezes, de vestiários femininos nas empresas; seja na admissão do emprego quando solicita a condição civil da mulher; solicita exames para saber se tem ou não laqueadura. E, muitas destas mulheres são demitidas do emprego no momento em que se casam.

Este projeto visa penalizar estas empresas. E mais: também penalizar os atos atentatórios contra a mulher. E nós sabemos que estes atos são inúmeros, principalmente entre quatro paredes, em algumas empresas paranaenses.

Projeto semelhante a este já foi aprovado no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, pela Câmara Municipal de São Paulo e pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Nós entendemos que ele é um projeto de alto alcance social, que só vem a contribuir para que os processos de igualdade entre homem e mulher passe do discurso para a prática. E passe da letra fria que temos no papel, para que ele seja executado todos os dias no nosso relacionamento com as mulheres, eu digo o nosso, porque nós homens, com as mulheres do Estado do Paraná.

Nesse sentido, pedimos a aprovação dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo geral.

Srs. Deputados que aprovam.

**Aprovado, artigo por artigo.**

**O projeto irá a 3.ª discussão.**

Sobre a Mesa, requerimento nº 1694 de autoria do Sr. Deputado José Alves constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1693 e 1695 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1697 de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1701 e 1700 de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1675 de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, pedimos para discutir o requerimento no dia de ontem, e na tarde de hoje já providenciamos todas as informações que pretende obter o Deputado Mário Bezerra. Temos em nossas mãos, todo o processo que envolveu a aquisição desses aparelhos de helicópteros e apelariamos ao Deputado Mário Bezerra que retirasse o seu requeri-

mento e de imediato, ao invés de aguardarmos trinta dias para que ele obtivesse as informações, que ele pudesse obtê-las de pronto, já no dia de hoje, as quais nós poderíamos anunciar da tribuna, mas como são em torno de 10 folhas, acredito que não é justo que venhamos a cansar os Senhores Deputados.

Então eu apelo ao Deputado que retire o seu requerimento, nós daremos conhecimento a eles, se alguma informação complementar for necessária também assumimos o compromisso de buscá-las.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado retira. Vossa Excelência encaminhará as informações ao Deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Apenas para reforçar aquilo que da tribuna em nome da Liderança do Partido falou o Deputado Toti Colaço e também na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário.

Tivemos na semana passada uma reunião com as entidades produtivas do Paraná e hoje de manhã, mais uma reunião da qual cerca de 10 ou 12 Srs. Deputados participaram.

O enfoque principal dessas reuniões tem sido a discussão de novas propostas referentes a Previdência Social Rural, o antigo FUNRURAL. E por se tratar de um assunto de maior importância que irá tramitar nos próximos dias no Congresso, nós estamos mantendo contato com os Deputados Federais que na próxima segunda-feira às dez horas da manhã, segunda-feira porque normalmente é o dia que os Deputados Federais estão em Curitiba, para que possamos fazer uma reunião com os Deputados Federais, levar a eles toda a situação e problemática e buscar junto a eles soluções para os problemas.

Nós estamos informando mais uma vez aos gabinetes dos Senhores Deputados, e pedimos que todos compareçam na reunião do Bloco Agropecuário na próxima segunda-feira às 10 horas no Plenarinho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que às 17 horas do dia de hoje, haverá uma sessão para receber e conceder o Título de Cidadão Honorário ao Dr. Günther Aigayer, e pede aos Srs. Deputados em nome do 1º Secretário, autor do projeto, que nos honre com o seu comparecimento em nossa sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 066/92.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 573/91 e 013/92;  
do Projeto de Lei Complementar n° 090/92;  
dos Projetos de Lei n°s 272/92, 282/92, 298/92, 308/92, 309/92, 310/92, 311/92 e 312/92;  
do Decreto Legislativo n° 007/92.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 284/92, 286/92 e 319/92.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 308/92

I - exonerar, a pedido, SERGIO ROBERTO CORREA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - prover, SILVANA APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a partir de 1° de outubro de 1992.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 309/92

I - exonerar, a pedido, JOSÉ DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa, a partir de 05 de outubro de 1992;

II - prover, JOSIAS RAYMUNDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa, a partir de 05 de outubro de 1992;

III - autorizar JOSIAS RAYMUNDO a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 05 de outubro de 1992, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.92.

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 310/92

I - exonerar, a pedido, ISABEL CRISTINA ZANOTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - prover, SAMIR FOUANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Heinz Georg Herwig, a partir de 1° de outubro de 1992.

(Prot. n° 7691)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 311/92

I - exonerar, a pedido, JOSÉ GONÇALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - prover, LUIZ HENRIQUE SCHULTZE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1° de outubro de 1992.

(Prot. n° 7692)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 312/92

I - exonerar, a pedido, DAIR NOGUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - prover, NESIO LUIS FEDERHEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de outubro de 1992;

III - exonerar, a pedido, HUGO WEINERT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de outubro de 1992;

IV - prover, NELSON BARBARA BUCALÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Albino Corazza Neto, a partir de 1° de outubro de 1992;

V - autorizar NELSON BARBARA BUCALÃO, a prestar serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de outubro de 1992, de acordo com o Art. 17, da Lei n° 6.174, de 16 de outubro de 1970.

(Prot. n° 7707)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.10.92

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 313/92

I - exonerar, a pedido, SANDRO ALEX GUIDALLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - prover, JOÃO HENRIQUE DE CAMARGO BELTRÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1° de outubro de 1992.

(Prot. n° 7737)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 314/92

I - exonerar, a pedido, RAUL CARLOS DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de outubro de 1992;

II - exonerar, a pedido, LEONILDA TEZINHA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de outubro de 1992;

III - prover, DAIR NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1° de outubro de 1992;

IV - prover, DALVA WEINERT NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo



1-G, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de outubro de 1992.

(Protoc. nº 7738)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 09.10.92.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 315/92

I - exonerar, a pedido, ROBERTO REIGIRO MATSUKURA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de outubro de 1992;

II - prover, ADOLPHINA DE CAMARGO DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1º de outubro de 1992.

(Protoc. nº 7768)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 13.10.92.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - 1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 316/92

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução nº 064, de 17 de setembro de 1990, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, reajuste de 62,50% (sessenta e dois vírgula cincoenta por cento) em seus vencimentos, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 1º de outubro de 1992, sobre os valores vigentes em setembro de 1992 e 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 1º de novembro de 1992, sobre os valores vigentes em outubro de 1992, bem como as pensões pagas por este Poder;

Art. 2º - Os valores das Funções Gratificadas e das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados conforme disposto abaixo:

I - a partir de 1º de outubro de 1992, em 30% (trinta por cento), sobre os valores vigentes em setembro de 1992;

II - a partir de 1º de novembro de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores vigentes em outubro de 1992;

Art. 3º - O valor de Gratificação de Produtividade, fica fixado em Cr\$ 94.055,00 (noventa e quatro mil e cincoen-

ta e cinco cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992 e em Cr\$ 117.569,00 (cento e dezessete mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992;

Art. 4º - O valor do Salário Família por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 3.019,00 (três mil e dezenove cruzeiros), a partir de 1º de outubro de 1992 e em Cr\$ 3.774,00 (três mil, setecentos e setenta e quatro cruzeiros), a partir de 1º de novembro de 1992;

Art. 5º - O limite a ser pago a qualquer título aos servidores desta Assembleia Legislativa, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 6º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.10.92

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - 1º Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Basílio Zanusso. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Lourenço Fregonese apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 299/92 e 301/92, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Elisa Sotomaior Maruska - Secretária